

Prezados leitores, a Revista Brasileira de Direito Animal, apresenta o seu fascículo do volume 12, número 3, para divulgar os importantes trabalhos de pesquisa em Bioética e Direito Animal produzidos pelos programas de pós-graduação do Brasil.

A revista inicia com a seção de Bioética para apresentar o artigo **ABORTO: ENTRE AUTONOMIA E EMPATIA/ *Abortion: Between Autonomy And Empathy***, da professora convidada Doutora Maria Auxiliadora Minahim, da Universidade Federal da Bahia que em co-autoria com o Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, que busca analisar a complexidade da análise dos fundamentos do aborto, em virtude dos aspectos de sensibilidade pessoal, validade moral, importância social e crenças pessoais envolvidos na questão.

Ainda na seção de Bioética, o leitor encontrará o artigo **DIREITOS DO NASCITURO: OS EFEITOS E POTENCIAIS DIREITOS DA CRIANÇA GESTADA POR PAIS SOB EFEITOS DE SUBSTÂNCIAS NOCIVAS / *Rights of the unborn child: the effect and right potentials of the child gestated by parents under harmful substance effect*** de autoria do doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Florisbal de Souza Del'Olmo juntamente com Astrid Heringer graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria, que busca examina os direitos do nascituro na perspectiva de verificar a preservação dos seus direitos no que tange à saúde.

Em seguida, na seção de Processo Civil estará o artigo **DA TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA ANIMAL COM MEIO PARA DEFESA DOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO/ *Of Collective Jurisdictional Animal Protection as a Means to Defend Nonhuman Animals Not Brazilian Civil Procedure***, da professora Valéria Silva Galdino Cardin Doutora em Direito pela Universidade de Lisboa em coautoria com Johnatan da Silva Sousa Pós-Graduando em Direito Público pelo Centro de

Ensino Superior de Maringá que pretende fazer uma análise levantando a questão dos animais como sujeitos de direitos, sendo equiparados em direitos e garantias constitucionais aos seres humanos.

O leitor verá na seção de Direito Ambiental o artigo **SANTUÁRIO E A PROTEÇÃO DAS BALEIAS: CAÇA PREDATÓRIA E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL / *Sanctuary and the protection of whales: predatory hunting and environmental preservation***, do professor Doutor Deilton Ribeiro Brasil, da Universidade de Itaúna-MG em co-autoria com a mestranda da Universidade de Itaúna/MG Natielli Efigênia Mucelli Rezende Veloso, que busca fazer uma análise sobre a importância da garantia do bem-estar animal nos contextos de emergência e a essencialidade da sua observância na atuação humanitária, concluindo sobre a relevância dessa abordagem para a consecução de um desenvolvimento sustentável que propiciaria não um mero retorno ao *status quo* anterior à crise, mas um verdadeiro progresso das comunidades afetada.

Logo em seguida veremos ainda na seção de Direito Ambiental **A IMPORTÂNCIA DA GARANTIA DO BEM-ESTAR ANIMAL EM EMERGÊNCIAS: UM CAMINHO PARA A CONSECUÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DE INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS / *The importance of the guarantee of animal welfare in emergencies: a path towards the achievement of human rights in the context of humanitarian interventions***, do Doutor em Direito pela UGF/RJ e Professor da Graduação e do PPGD da Universidade de Itaúna-MG Deilton Ribeiro Brasil em co-autoria com a mestranda em Proteção dos Direitos Fundamentais da Universidade de Itaúna-MG Natielli Efigênia Mucelli Rezende Veloso, que pretende analisar a importância da garantia do bem-estar animal nos contextos de emergência e a essencialidade da sua observância na atuação humanitária.

Na seção de Direito Animal encontraremos **ANIMAIS SÃO SUJEITOS DE DIREITO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO? / *Do animals have the ownership of rights in Brazilian law?*** De Daniel Wunder Hachem Doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná em parceria com Felipe Klein GUSSOLI Mestrando em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba-PR,

Brasil) que busca discutir a respeito da negativa de personalidade jurídica aos animais enquanto a posição majoritária na doutrina e jurisprudência brasileiras.

Finalizando esta edição, na seção de Jurisprudência, encontraremos a ação Nº 227.175/2017-AsJConst/SAJ/PGR impetrada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra normas que reconhecem a prática da vaquejada como atividade esportiva e patrimônio cultural imaterial O no STF (Supremo Tribunal Federal).